

Relatório de Gestão

**Superintendência da Polícia Federal
em Pernambuco**

Exercício 2008

1. Identificação

Nome completo da unidade e sigla	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Pernambuco	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	<p>Criação: Decreto 75.398, de 19/02/1975 e Portaria nº 039/75 – DG/DPF, de 17/03/1975.</p> <p>Atribuições e competências: Art. 144 da Constituição Federal;</p> <p>Portaria nº 1.825, de 13 de outubro de 2006, DOU nº 198, de 16/10/2006;</p> <p>Estrutura: Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, DOU de 16.3.2007.</p>	
CNPJ	00.394.494/0033-13	
Nome e código no SIAFI	<i>SUPERINTENDENCIA REG. DEP. POLICIA FEDERAL - PE / 200092</i>	
Código da UJ titular do relatório	<i>SUPERINTENDENCIA REG. DEP. POLICIA FEDERAL - PE / 200092</i>	
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades.	
Endereço completo da sede	Av. Mater Luther King (Cais do Apolo), 321, Bairro do Recife, CEP 50.030-250, Recife-PE, (81) 2137.4007	
Endereço da página institucional na internet	http://www.dpf.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento.	
Função de governo predominante	Segurança Pública.	
Tipo de atividade	Policial.	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	<i>Primária</i>	<i>200092</i>
	<i>Tesouro</i>	<i>200398</i>
	<i>Funapol</i>	<i>200399</i>

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS - PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Em consonância com o arcabouço legal, que define as atribuições da Polícia Federal apresentadas a seguir, podemos concluir que o papel das Unidades Centrais consolidadas nesse relatório é contribuir com o cumprimento da missão da Instituição.

2.1.1. NORMAS DE ATUAÇÃO

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no Art. 144 da Constituição Federal:

“§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”

Além da Constituição Federal as normas abaixo também norteiam a atuação da Instituição:

- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui FUNAPOL);
- Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio);
- Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP);
- Lei nº 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal)
- Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio);
- Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros);
- Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada);
- Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);

- Lei 9.017/1995 (Segurança Privada);
- Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas);
- Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos);
- Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão Interestadual);
- Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República);
- Lei nº 10.826/2003 (SINARM);
- Decreto-lei nº 6.378/1944 (Transformou Polícia Civil do DF em DFSP);
- Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP);
- Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte);
- Decreto nº 5.834/2006 (Regimento do MJ);
- Portaria MJ nº 1.300, de 04 de setembro de 2003. (Regimento interno DPF);
- Instrução Normativa Nº. 013/2005-DG/DPF (competências e atribuições das unidades do DPF).

2.1.2 – FUNÇÕES INTITUCIONAIS

Conforme a legislação acima referenciada, é possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em dois ramos ou gêneros finalísticos distintos:

- **Polícia Judiciária**, que tem a função precípua de apurar infrações penais e a sua autoria por meio do inquérito policial, procedimento administrativo com característica inquisitiva, que serve de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal pública (art. 129, I, da CF).
- **Polícia Administrativa**, que tanto pode agir preventivamente, como repressivamente, atingindo bens, direitos e atividades, com objetivo de impedir que o comportamento do indivíduo ou das empresas e instituições, cause prejuízos para a coletividade.

O que efetivamente diferencia Polícia Administrativa de Polícia Judiciária é que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades anti-sociais, enquanto a segunda se pré-ordena a responsabilização dos violadores da ordem jurídica.

Diferenciam-se ainda as polícias pelo fato de que o ato fundado na polícia administrativa exaure-se nele mesmo. Dada uma injunção, ou emanada uma autorização, encontram-se justificados os respectivos atos, não precisando ir buscar o seu fundamento em nenhum ato futuro.

A polícia judiciária busca seu assento em razões estranhas ao próprio ato que pratica. A perquirição de um dado acontecimento só se justifica pela intenção de futuramente submetê-lo ao Poder Judiciário. Desaparecida esta circunstância, esvazia-se igualmente a competência para a prática do ato.

2.1.2.1. PAPEL DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

Integrante do Sistema de Segurança Pública, cujo objetivo é a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, em razão das disposições Constitucionais e Infra-Constitucionais, elencadas mais acima, a Polícia Federal exerce outras atribuições inerentes ao Poder de Polícia da Administração Pública, que podem ser denominadas de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA** em distinção às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**.

A Polícia Administrativa tem caráter preventivo e repressivo, e objetiva, não a apuração de infrações penais, mas sim, a limitação ou regulação de direitos, interesses ou liberdades, essencialmente legítimos, mas que em decorrência do Poder Discricionário e tendo por fundamento, normas legais, a Administração Pública se vê compelida a disciplinar, regulamentar e fiscalizar.

Para fins de classificação das atribuições, identificadas com as atividades de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA**, é possível discriminar as seguintes espécies:

1) **Controle Migratório:** Atividade que limita, disciplina e regulamenta o direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Para cumprir essa atribuição, a Polícia Federal executa medidas de fiscalização e controle, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território brasileiro.

Fundamento Legal: Lei nº 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro).

2) **Controle de Armas:** A Polícia Federal desempenha importante atribuição administrativa, como responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Armas – SINARM, executando atividades relacionadas ao registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Essa atribuição limita e controla importante setor da atividade econômica e ainda o direito de propriedade dos cidadãos brasileiros.

Fundamento Legal: Lei nº 10.826/2003 (SINARM).

3) **Controle de Segurança Privada:** atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros.

Fundamento Legal: Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995.

4) **Controle de Precursores Químicos:** Atribuição exercida pela Polícia Federal tendo por escopo principal controlar o uso de precursores químicos que possam ser utilizados para o preparo de substâncias entorpecentes, sendo importante atividade para o combate ao tráfico de drogas.

Também aqui, se busca disciplinar e regulamentar atividade econômica relevante, estabelecendo normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos.

Fundamento Legal: Lei nº 10.357/2001.

5) Controle de Dignitários: A execução em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física de Diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

6) Controle de Identificação Criminal e Civil: a coordenação e a interligação, no país dos serviços de identificação datiloscópica, civil e criminal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

7) Controle do Patrimônio da União: Cabe ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbação e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta.

Fundamento Legal: Lei nº 10.683/2003(organização da Presidência).

8) Estatística Criminal: A estatística judiciária criminal, a cargo do Instituto Nacional de Identificação tem por base os boletins individuais, que são parte integrante dos processos criminais.

Fundamento Legal: Código de Processo Penal.

9) Outros Serviços de Policiamento atribuídos à União: atribuição inerente ao Poder de Polícia da Administração Pública Federal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964, art. 1º, letra “n”.

10) Controle de Conflitos Fundiários: acompanhar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes.

Fundamento Legal: Decreto nº 5.834/2004 (estrutura do MJ).

11) Representação Externa: a cooperação, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional, representando o país na OIPC – INTERPOL.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

12) Apoio técnico a Estados e Distrito Federal: a prestação de assistência técnica e científica, de natureza policial aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

2.1.2.2. PAPEL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

No tocante às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**, em que exerce com exclusividade as atividades de Polícia Judiciária da União, o art. 44 da Constituição Federal prevê que a Polícia Federal destina-se a:

- Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas;
- Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;
- Reprimir o contrabando e o descaminho;
- Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

2.1.2.2.1 – Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas; (lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	contra o patrimônio arqueológico
2	crimes na exploração de energia nuclear
3	praticado contra o meio ambiente
4	crimes falimentares
5	de representação caluniosa por improbidade administrativa
6	de responsabilidade contra o meio circulante
7	de trânsito
8	praticado com abuso de autoridade
9	praticado com abuso do poder econômico
10	praticado contra a criança e adolescente
11	praticado contra a economia popular
12	praticado contra a lei de parcelamento do solo urbano
13	praticado contra a ordem econômica
14	praticado contra a ordem tributária

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
15	praticado contra a propriedade industrial
16	praticado contra a propriedade intelectual
17	praticado contra as normas de licitações
18	praticado contra as normas de locação
19	praticado contra as relações de consumo
20	praticado contra criança e adolescente
21	praticado contra o mercado de capitais
22	praticado contra o sigilo bancário
23	praticado contra o sistema financeiro da habitação
24	praticado contra o sistema financeiro nacional
25	praticado para lavagem de dinheiro
26	praticado por organização criminosa
27	crimes previdenciários
28	de desvio de crédito e financiamento
29	de interceptação de comunicações
30	praticado contra a administração da justiça
31	praticado contra o serviço de radiodifusão
32	praticado contra os serviços de telecomunicações
33	praticado contra os serviços postais
34	Relacionados à situação jurídica do estrangeiro

2.1.2.2.2. – Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social (lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	crimes eleitorais
2	de deserção e engajamento
3	de discriminação
4	de genocídio
5	de responsabilidade
6	de tortura
7	de tráfico de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano
8	praticado contra a liberdade de imprensa

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
9	praticado contra a organização do trabalho
10	praticado contra a segurança nacional, a ordem política e social
11	praticado contra comissão parlamentar de inquérito
12	praticados contra os índios
13	relacionados com arma de fogo
14	praticado contra a reforma agrária
15	praticado contra a biosegurança
16	praticado contra os direitos humanos
17	de terrorismo

2.1.2.2.3. - Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	tráfico ilícito de drogas
2	Uso ilícito de drogas

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

Para o cumprimento de sua missão Institucional o Departamento de Polícia Federal conta com Unidades Centrais, as quais gerenciam seis (06) Unidades Gestoras, e são responsáveis pela coordenação das atividades da Polícia Federal e pela execução de ações que necessitam de um comando centralizado, as quais aplicaram ou foram beneficiárias de parte significativa do orçamento do DPF no exercício de 2008. As Unidades Descentralizadas contam com Superintendências nas Capitais de todos os Estados da Federação e no Distrito Federal, além de Delegacias espalhadas por todos Brasil, são responsáveis pela execução das ações do Departamento de Polícia Federal em nível Estadual, tanto na atuação como Polícia Judiciária da União, como na atuação como Polícia Administrativa.

O planejamento e a execução das operações serão desenvolvidos em cada uma das Unidades do Departamento da Polícia Federal (DPF), obedecendo às premissas básicas e orientações estratégicas das Unidades Centrais em cada uma de suas áreas de atuação. Na execução dessas ações, deverá ser priorizada a integração com os demais Órgãos de Segurança Pública, notadamente no campo da inteligência policial. Nas áreas de fronteira, em especial na região Amazônica, deverá ser implementada a integração com outras áreas de governo, visando o combate ao tráfico de armas e entorpecentes e delitos ambientais, dentre outras, inclusive mediante a utilização do SIVAM/SIPAM otimizando a utilização dos meios já disponibilizados pelo Sistema e daqueles existentes no DPF. Deverão ser incrementados e modernizados o Controle Migratório e as ações de combate ao contrabando e descaminho, através do controle de pontos

estratégicos de fronteira e dos portos e aeroportos do país, com a participação da Receita Federal e de outras Instituições. As operações de repressão a crimes contra o patrimônio público, crimes ambientais, ao tráfico de seres humanos, à pedofilia, poderão ser realizadas em cooperação com forças policiais locais. Além do inter-relacionamento mais efetivo com a SENASP, com a Polícia Rodoviária Federal e com as forças policiais estaduais, deve ser dada prioridade a parcerias com outras agências governamentais - INCRA, IBAMA, FUNAI, INSS, DNPM, DRCI, COAF e MINISTÉRIO DO TRABALHO - nas operações a serem executadas em todo território nacional. Por outro lado, a fixação de um maior efetivo de policiais federais em todo território nacional dinamizará a atuação da Polícia Federal, contribuindo significativamente para a redução da criminalidade.

Nesse contexto organizacional e estratégico, todas as unidades do Departamento de Polícia Federal estão integradas nas ações que buscam o cumprimento da missão institucional em consonância com as diretrizes governamentais que compõem o PLANO PLURIANUAL – PPA - (lei nº 11.658 de 07/04/2008) onde a Polícia Federal esta inserida no **OBJETIVO ESTRATÉGICO 09 “Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos Cidadãos”**.

Atingir este objetivo pressupõe a superação do que o Governo chama de DESAFIOS. No caso da Polícia Federal ela contribui para a superação do desafio nominado “**Brasil sem violência**”, uma das metas do plano de governo, tendo como pontos de atuação para a polícia federal os seguintes:

- Intensificar a repressão ao crime organizado, a vigilância das fronteiras para impedir o tráfico de drogas e armas e combater a lavagem de dinheiro, integrando mecanismos investigativos, ampliando as bases de dados, reforçando a cooperação internacional;
- Consolidar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), para agilizar os fluxos informativos entre instituições e melhor combater a criminalidade;
- Ampliar o papel de indutor de princípios e práticas policiais do Fundo Nacional de Segurança Pública, complementar na sustentação financeira das políticas estaduais e locais de segurança;
- Ampliar o efetivo da Polícia Federal, mantendo sua independência e fortalecendo sua atuação no controle de fronteiras;
- Expandir a Força Nacional de Segurança Pública;
- Integrar as instituições do Sistema de Justiça Criminal e Segurança, articulando prevenção e repressão e fortalecendo os sistemas de inteligência e informação;
- Continuar o processo de integração dos Sistemas de Informações Criminais, com a ampliação do Sistema Nacional de Inteligência e de Informação em todos os níveis;
- Desenvolver Rede Nacional de Educação em Segurança Pública Cidadã, com a formação integrada dos profissionais;
- Valorizar espaços de participação da população, como ouvidorias e conselhos.

Para alcance desses desafios as estratégias de atuação estão resumidas nos seguintes aspectos:

A - Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.

DIRETRIZES

1. Articulação das três esferas da Federação no desenvolvimento de ações de segurança pública, inclusive ampliando o sistema de inteligência;
2. Integração das políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade e a prevenção da violência;
3. Prevenção e combate ao crime organizado, especialmente ao contrabando, ao narcotráfico, ao comércio ilegal de armas e à lavagem de dinheiro;
4. Implementação de programas de integração das polícias;
5. Adoção do policiamento comunitário;
6. Reestruturação dos sistemas penal e prisional, inclusive sob o ponto de vista da reinserção social do egresso;
7. Promoção da parceria com a sociedade civil na implementação e gestão das ações de segurança pública;
8. Prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas;
9. Humanização das instituições e valorização dos profissionais de segurança pública;
10. Combate à impunidade;
11. Garantia da integridade de testemunhas e seus familiares.

B. Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

DIRETRIZES

1. Implementação de mecanismos de avaliação e de controle social das ações governamentais;
2. Melhoria da qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças, controle e avaliação;
3. Ampliação e fortalecimento da participação social na gestão pública, com ênfase no diálogo e na integração com a sociedade;
4. Garantia da publicidade e da facilidade de acesso às informações e atos da gestão pública;
5. Aperfeiçoamento dos mecanismos de descentralização da gestão governamental, com ênfase em novas formas de articulação e na capacitação das equipes locais;
6. Garantia da qualidade dos dados e das informações, inclusive com a integração dos sistemas corporativos da União;
7. Implementação da contabilidade de custos e gerencial por programas;

8. Criação e aperfeiçoamento de controles gerenciais voltados para resultados da ação governamental;
9. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
10. Conscientização da sociedade quanto à responsabilidade comum sobre a coisa pública;
11. Combate à impunidade.

C. Combater a corrupção.

DIRETRIZES:

1. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
2. Ampliação dos mecanismos de combate à improbidade administrativa;
3. Integração e coordenação de ações preventivas e coercitivas, no combate e na dissuasão da corrupção.

A efetivação da execução das atividades que contribuirão para alcance dos objetivos foi promovida pela institucionalização do Programa de Prevenção e Repressão à Criminalidade (0662), o qual abrange todas as ações consideradas necessárias ao cumprimento das atribuições do órgão, o qual conta também com outro programa de apoio: O Programa Modernização da Polícia Federal (1353) que tem a finalidade de proporcionar infra-estrutura e equipamentos de suporte a atividade-fim da instituição.

O Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade, tem por objetivo intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.

As principais ações destinadas a este objetivo são:

Ação nº 2720 - **Operações de Caráter Sigiloso**, que tem a finalidade de planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.

Ação nº 2726 - **Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União**, para o combate ao contrabando e ao descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.

Ação nº 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos,

A criminalidade organizada utiliza as mais variadas modalidades de comunicações e, sabedora das limitações impostas aos órgãos de persecução criminal, vai, paulatinamente, migrando de uma modalidade para outra como forma de dificultar o trabalho policial.

Nesse contexto, para o enfrentamento dessa modalidade criminosa, um sistema integrado de gestão da atividade de inteligência a ser propiciado pelos CICOR Rio e o CICOR São Paulo deverá estar apto a interceptar todos os meios de telecomunicações ora disponíveis no Brasil e possuir estrutura escalável e expansível para outros meios, com a celeridade que a sociedade exige, de forma que não exista solução de continuidade nos trabalhos policiais.

Portanto as Superintendências da Polícia Federal nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo devem continuar sendo dotadas de meios de interceptar também tecnologias e protocolos que hoje não são possíveis com os sistemas em operação. Tal fato, aliado às técnicas de criptografia existentes, será certamente o grande desafio do ramo de Inteligência de Sinais num futuro próximo.

Os equipamentos devem ser dimensionados e adquiridos considerando o cenário estratégico onde atua a instituição e destinados, basicamente, a racionalizar o emprego do efetivo, que é de formação morosa, otimizando a atividade-fim da Polícia, isto é, a produção de provas contra em todas as ações investigativas sob sua responsabilidade, especialmente no combate às organizações criminosas.

Sendo a produção de provas da existência, estrutura, *modus operandi* das organizações criminosas o objetivo estratégico principal da instituição, o produto final deve ser protegido pela legalidade e legitimidade em todas as fases de atuação dos seus agentes nesse processo, para, assim, gerar credibilidade e resultados eficazes junto ao Poder Judiciário, Ministério Público e, principalmente, junto à sociedade.

A credibilidade buscada será atingida na medida em que haja harmonia entre o homem de polícia e os equipamentos adequados à busca da prova. O processo de produção da prova, seja através da conduta do policial, seja pela aplicação de tecnologia, deve ser capaz de, uma vez submetido à auditoria, suportar os controles sob a ótica da legalidade ou do rigor científico.

A eficácia será alcançada com a consumação do processo de persecução penal, através da atuação do Ministério Público e do Poder Judiciária, com conseqüente condenação dos investigados a partir das provas produzidas na fase policial, representando uma aplicação sistêmica e adequada da Justiça Criminal.

O presente projeto terá dentro do DPF um efeito integrador na medida em que a infraestrutura disponibilizada nos CICOR a serem implantados, possibilitarão o almejado compartilhamento de informações, de recursos humanos, de recursos materiais, de expertise para montagem de planejamento operacional e de treinamento de pessoal entre as diversas áreas operacionais do DPF, Diretoria Executiva (DIREX), Diretoria de Inteligência Policial (DIP) e Diretoria de Combate ao Crime Organizado (DCOR).

O uso de novas tecnologias e novos métodos operacionais que poderão ser usados, manterão o DPF na vanguarda do combate a criminalidade e terá, sem dúvida, um efeito positivo de motivação para a melhoria de todas as demais Agências Parceiras.

Além dessa atuação integrada das unidades centrais e descentralizada, o DPF conta os seguintes setores responsáveis por ações específicas no cumprimento do seu papel institucional:

2.3. Programas

2.3.1 Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal

O Programa apóia-se em posturas adotadas pelo Ministério da Justiça, sendo que os atores responsáveis pelas decisões a serem tomadas em execução direta são servidores de carreira do Poder Executivo, atuando nas funções de Gerente de Programa, Gerente-Executivo e Coordenadores de Ações, não se olvidando os policiais e demais servidores do DPF que atuam em atividades meio, com claros benefícios a todas as Unidades Federativas da União e à sociedade como um todo.

A par disso, conta-se também com a aquisição de equipamentos e sistemas de última geração, bem como assessoria de pessoal especializado, contratado especificamente para auxiliar os trabalhos, de modo a conferir respaldo técnico às ações desenvolvidas. Tal situação pode ser percebida, por exemplo, no Projeto PRÓ-AMAZÔNIA/PROMOTEC, em que, por meio de acordo de cooperação internacional, o DPF vem modernizando, atualizando e dotando de instrumentos tecnológicos necessários as suas Unidades Centrais e Descentralizadas.

Nesse diapasão, podemos destacar algumas estratégias voltadas à atualização da instituição Polícia Federal, tais como modernização dos equipamentos e sistemas utilizados pelos policiais federais; melhora da estrutura e dos modelos operacional e gerencial do DPF; alta tecnologia a ser utilizada no combate à criminalidade; ampliação e reforma das Unidades Descentralizadas; construção de novas unidades em regiões estratégicas e reformas daquelas já existentes; melhor efetividade no controle do tráfego internacional de passageiros; implementação de um sistema integrado de informações, e outras ações a serem decididas em conformidade com o Planejamento estratégico da instituição.

Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal
Objetivos Específicos	Em decorrência dos erros de estratégias político-administrativas de décadas passadas, observa-se, atualmente, o enfraquecimento das instituições de segurança, o elevado nível de corrupção e a abertura do país para a criminalidade internacional, transformando o Brasil em uma nação de fronteiras abertas. A Polícia Federal, como órgão da administração direta do Governo Federal, responsável pelas atividades de Polícia Judiciária da União, coloca-se à frente dessa situação, apontando suas deficiências e vulnerabilidades e propondo soluções concretas e exequíveis que têm como base fundamental a determinação, a tecnologia e a competência como forças motoras, por excelência, capazes de impulsionar a idéia de modernização e viabilizar a implementação das medidas adequadas. Em função da complexidade das atribuições constitucionais e da sua situação atual, a Polícia Federal tem enfrentado dificuldades extremas na consecução dos seus objetivos, convivendo com a escassez de recursos de toda ordem, o que pode conduzir o País a uma condição de extrema vulnerabilidade em matéria de segurança pública. Busca-se com essa programa de governo prover a Polícia Federal das condições adequadas, em termos de estrutura operacional, para que ela possa cumprir de forma eficiente e eficaz com seu mister constitucional.
Gerente do programa	Joaquim Cláudio Figueiredo de Mesquita
Gerente executivo	Paulo Martins Beltrão Filho
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Joaquim Cláudio Figueiredo de Mesquita
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não há indicadores de desempenho para o programa.
Público-alvo (beneficiários)	Departamento de Polícia Federal

2.3.1.1 Ação 1899 – Reparcelamento das Unidades Operacionais do Segmento Técnico-Científico (Promotec/Pró-Amazônia)

Dados Gerais da Ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Reaparelhar as unidades da Polícia Federal com equipamentos e tecnologias aplicáveis à atividade policial, visando à modernização da instituição e ao aumento de sua eficiência no combate à criminalidade.
Descrição	Aquisição de equipamentos e sistemas para a área de criminalística, de identificação e de outros sistemas aplicáveis à capacitação e à investigação policial; aquisição de aeronaves, de embarcações, de viaturas e outros itens de uso policial para comporem os diversos sistemas relacionados ao Programa de Modernização da Polícia Federal, provenientes de recursos externos; construção de um banco de dados de DNA; aquisição de materiais permanentes e implantação dos planos de segurança orgânica nas Unidades do Departamento de Polícia Federal - DPF, abrangendo a segurança das instalações, segurança do pessoal, segurança de sistemas e segurança de documentos, provenientes de recursos próprios e do Tesouro Nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Administração e Logística Policial
Coordenador nacional da ação	Paulo Martins Beltrão Filho
Unidades executoras	200410 e 200411
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Divisão de Planejamento e Projetos em articulação com a Diretoria Técnico-Científica, o Instituto Nacional de Criminalística e Setores Técnico-Científicos.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Avaliar os sistemas, promover sua adequação, interligar banco de dados, promover treinamento de pessoal, dentre outras atividades pertinentes ao projeto. Implementar os projetos Pró-Amazônia e Promotec, executados em cumprimento ao Acordo celebrado entre o Brasil e a França, com financiamento externo oriundo de acordos celebrados com bancos franceses e alemães.

Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	56.740.000,00	50.335.868,00	88,75
Física	11,000	0,808	7,35

Executado nesta UJ: R\$ 69.538,47

2.3.1.2 Ação 8980 – Construção e Ampliação de Unidades do DPF

Dados Gerais da Ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Dotar a Polícia Federal da infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades.
Descrição	Construção e ampliação de bases operacionais, da Academia Nacional de Polícia e das demais unidades do Departamento de Polícia Federal, visando à melhoria da instituição e do desempenho de suas atividades policiais e de formação policial, bem como a redução de custos operacionais, a fim de atender à crescente demanda da sociedade em relação à Segurança Pública
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Administração e Logística Policial
Coordenador nacional da ação	Maria Cláudia Schiavolinni Corrêa
Unidades executoras	200334 e 200335
Áreas (na UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Divisão de Obras e Engenharia em articulação com as unidades da Polícia Federal que apresentam maior demanda para construção de novas sedes com valores orçamentos até o patamar de R\$ 20.000.000,00.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento especializado de obras e engenharia, do plano plurianual e da legislação de licitações e contratos.

Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	10.050.000,00	7.687.238,00	76,49
Física	5,000	33,886	677,72

Executado nesta UJ: R\$ 10.601,20

2.3.2 Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade:

Pesquisas recentes indicam a criminalidade com um dos principais problemas enfrentados pela população. Segundo estudos do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o custo da violência no Brasil em 2004, foi estimado em R\$ 92,2 bilhões, o que representou 5,09% do PIB, ou um valor per capita de R\$ 519,40. Deste total, R\$ 28,7 bilhões corresponderam a despesas efetuadas pelo setor público e R\$ 60,3 bilhões foram associados aos custos tangíveis e intangíveis arcados pelo setor privado. Embora estes custos incluam acidentes de trânsito e suicídios, boa parte está ligada à criminalidade.

Nos últimos anos, a criminalidade no país aumentou substancialmente em todos os seus níveis e modalidades. Tal quadro se deve, não só devido às questões sociais decorrentes dos problemas enfrentados pela economia brasileira, como, principalmente, pela atuação crescente do crime organizado, com fortes reflexos nas taxas de violência e de corrupção nas três esferas de Poder.

Além dos efeitos diretos sobre as vítimas e seus familiares e de um maior dispêndio do Estado com os sistemas de segurança, justiça, saúde e de previdência social, o aumento da violência e da criminalidade impõe gastos de recursos às famílias e empresas, desvia recursos dos setores produtivos, gera perda de capital, ocasiona mudanças de hábitos, bem como inibe o turismo interno e externo e o consumo de determinados bens e serviços. Além disso, o custo da proteção leva as empresas a aumentarem os preços dos seus bens e serviços, o que gera uma diminuição dos negócios e conseqüentemente da atividade econômica.

Por sua vez, o desvio de dinheiro público, decorrente da corrupção, diminui a capacidade de investimento estatal e das empresas e prejudica o desenvolvimento econômico exacerbando cada vez mais a desigualdade social e conseqüentemente aumentando a criminalidade. A redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, propiciará condições favoráveis ao aumento do crescimento econômico, pois cria oportunidades de emprego e diminui as desigualdades sociais, fortalecendo a democracia, a cidadania e a paz social.

Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União.
Objetivos Específicos	
Gerente do programa	Romero Luciano Lucena de Menezes
Gerente executivo	Joaquim Cláudio Figueiredo de Mesquita
Responsável pelo	Romero Luciano Lucena de Menezes

programa no âmbito da UJ	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não possui indicadores
Público-alvo (beneficiários)	A sociedade

2.3.2.1 Ação 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria Executiva
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Unidades executoras	200334 e 200335
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por	Diretoria de Combate ao Crime Organizado em articulação com a Divisão de Produtos Químicos.

gerenciamento ou execução da ação	
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento das atividades ligadas à repressão desse tipo de delito, bem como das rotinas e normas aplicáveis à execução e avaliação dos resultados da ação.

Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	15.825.757,00	12.014.921,00	75,92
Física	32.000,000	37.374,000	116,79

Executado nesta UJ: R\$ 595.730,74

2.3.2.2 Ação 2720 – Operações de Caráter Sigiloso

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correções disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Inteligência Policial
Coordenador nacional da ação	Daniel Lorens de Azevedo
Unidades executoras	200334 e 200335
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Inteligência e Núcleos de Inteligência nas Superintendências e Delegacias de Polícia Federal
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento das atividades de inteligência policial, bem como das rotinas e normas aplicáveis à execução e avaliação dos resultados da ação.

Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	10.000.000,00	6.779.876,00	67,80
Física	750,000	1.223,000	163,07

Executado nesta UJ: R\$ 169.732,07

2.3.2.2 Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados Contra Bens, Serviços e Interesses da União

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	<p>Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.</p>
Descrição	<p>Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros.</p> <p>Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria Executiva

Coordenador nacional da ação	Rômulo Berrêdo
Unidades executoras	200334 e 200335
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Combate ao Crime Organizado, Diretoria Técnico-Científica, Coordenação Geral de Repressão aos Crimes Previdenciários, ver outras
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento das atividades ligadas à repressão desse tipo de delito, bem como das rotinas e normas aplicáveis à execução e avaliação dos resultados da ação.

Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	126.178.022,00	121.019.133,00	95,91
Física	3.175,000	445,000	14,02

Executado nesta UJ: R\$ 2.381.720,61

2.3.2.3 Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Gestão de Pessoal
Coordenador nacional da ação	Rodrigo Teixeira Antuña
Unidades executoras	200340 e 200341
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por	Gabinete, Coordenação de Ensino, Coordenação de Altos Estudos em Segurança Pública, demais Diretorias das

gerenciamento ou execução da ação	Unidades Centrais e Divisão de Administração.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento de polícia judiciária, dos planos e programas de capacitação e gestão administrativa.

Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	1.500.000,00	1.359.861,00	90,66
Física	3.000,000	759,000	25,30

Executado nesta UJ: R\$ 17.900,00

2.4. Desempenho Operacional

2.4.1 – Atividades Desenvolvidas

2.4.1.1 DREX – Delegacia Regional Executiva

PRINCIPAIS OPERAÇÕES

NOME DA OPERAÇÃO	FINALIDADE	DATAS	RESULTADOS
GAME OVER	COIBIR A EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E MÁQUINAS DE JOGOS ELETRÔNICOS (CAÇA NÍQUEIS, VÍDEO POKER, VIDEO BINGO)	29/01/2008 – 03/04/2008 – 10/09/2008 – 03/11/2008 7 INCURSÕES REALIZADAS NO ANO DE 2008	ATÉ AGORA 4.400 MÁQUINAS APREENDIDAS - 130 ESTABELECIMENTOS FECHADOS R\$ 700.000 (SETECENTOS MIL REAIS) ARRECADADOS
VARREDURA	DILIGENCIAR JUNTO A 31 ENDEREÇOS ONDE HÁ INDÍCIO DE EXERCÍCIO CLANDESTINO DE ATIVIDADE DE SEGURANÇA PRIVADA	28/02/2008	22 AUTOS DE ENCERRAMENTO LAVRADOS 31 SUPOSTAS EMPRESAS CLANDESTINAS VISITADAS 35 BANCOS E POSTOS DE ATENDIMENTOS VISTORIADOS 04 ARMAS APREENDIDAS
SEGURANÇA NO ARI	CUMPRIMENTO DE 56 MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO EM LOCAIS ONDE EXISTE A INCIDÊNCIA DE ATIVIDADE CLANDESTINA DE RADIODIFUSÃO (RADIOS PIRATAS)	17/03/2008	30 TRANSMISSORES APREENDIDOS 26 ESTABELECIMENTOS FECHADOS 04 PESSOAS DETIDAS
PAPIRUS	DESARTICULAR UMA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA COM PROJEÇÃO NO DETRAN/PE QUE EXPEDIAM CRLV FALSAS.	19/03/2008	15 MANDADOS DE PRISÃO PREVENTIVA 20 MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO 04 PESSOAS DETIDAS
GESTÃO PLENA	DESARTICULAR UMA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA QUE DESVIAVA VERBAS REPASSADAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	17/06/2008	06 MANDADOS DE PRISÃO TEMPORÁRIA 16 MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO 06 PREFEITURAS VISITADAS
RQUIPÉLAGO	COIBIR A CONSTRUÇÃO IRREGULAR DE IMÓVEIS NO	30/06/2008	07 PESSOAS PRESAS EM FLAGRANTE

	ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE NORONHA		
AREAL	COIBIR O DESMATAMENTO E EXTRAÇÃO ILEGAL DE AREIA EM ASSSENTAMENTO DO NICTRA.	21//09/2008	14 CAMINHÕES DE AREIA APREENDIDOS 14 MOTORISTAS AUTUADOS
SEGURANÇA NO AR II	CUMPRIMENTO DE 56 MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO EM LOCAIS ONDE EXISTE A INCIDÊNCIA DE ATIVIDADE CLANDESTINA DE RADIODIFUSÃO (RADIOS PIRATAS)	08/10/2008	35 MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO 26 ESTABELECIMENTOS FECHADOS 04 PESSOAS DETIDAS
ALPHA	DESARTICULAÇÃO DE UMA QUADRILHA QUE SEQUESTROU O MARIDO E A FILHA DE UMA GERENTE DA CEF EM 15.12.2008	24/12/2008	05 PESSOAS PRESAS

2.4.1.1.1 DELEMIG

A análise será feita com o comparativo entre a eventual pendência identificada no início de 2008 e a situação atual, levando-se em conta cada núcleo separadamente.

NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DO TRÁFEGO INTERNACIONAL

2008	Situação atual
Julgamento de autos de infração atrasados	Sem pendências
Terceirização de parte do atendimento	Sem pendências
Otimização da quantidade de servidores em razão da terceirização	Sem pendências
Inclusão dos dados do sistema anterior ao novo STI	A regularizar
Trabalhos policiais nas dependências do aeroporto	Parcialmente regularizado (com a transferência do RTD para a DRE)
Treinamento de pessoal	A regularizar
Aperfeiçoamento da imigração nos Portos e em Fernando de Noronha	A regularizar

NÚCLEO DE PASSAPORTES

2008	Situação atual
Controle da agenda	Sem pendências
Terceirização de parte do atendimento	Sem pendências
Otimização da quantidade de servidores em razão da terceirização	Sem pendências
Inclusão dos requerimentos de passaportes anteriores ao novo SINPA	A regularizar
Devolução de taxas em atraso	Sem pendências
Adoções internacionais pendentes	Sem pendências
Devolução de passaportes confeccionados com defeito	Sem pendências
Devolução de cerca de 3000 passaportes recolhidos com base em legislação anterior	Sem pendências

NÚCLEO OPERACIONAL

2008	Situação atual
Instrução de aproximadamente 400 procedimentos de pedido de permanência de estrangeiros	A regularizar
Levantamento da situação de estrangeiros a serem alvo de retiradas compulsórias	Sem pendências
Atividades investigativas	A regularizar

NÚCLEO DE REGISTROS DE ESTRANGEIROS

2008	Situação atual
Atualização das estatísticas mensais	Sem pendência
Julgamentos de autos de infração sem apresentação de defesa	Sem pendência
Julgamentos de autos de infração com apresentação de defesa	A regularizar
Inclusões de autos nos sistemas (SINPI e SINPRO)	Sem pendências
Inclusões de registros no SINCRE e SIAPRO	Sem pendências
Confirmação de chegada de carteiras a estrangeiros	Sem pendências
Entrega de carteiras com atraso excessivo	Sem pendências
Procedimentos devolvidos com pendência pelos órgãos centrais	Sem pendência

NÚCLEO DE CADASTRO

2008	Situação atual
Inclusão de mandados de prisão expedidos pela Justiça Estadual	A regularizar

2.4.1.1.2 DELEPREV

INQUÉRITOS

ÍNDICES	QUANTIDADE
Quantidade de IPL's instaurados	184
Quantidade de IPL's relatados	115
Quantidade de IPL's em andamento	207

Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

Foi dada continuação aos trabalhos relacionados com os desdobramentos de Operações Policiais realizadas em anos anteriores, com o contínuo aumento de benefícios fraudulentos identificados e cessados por irregularidades.

Foram instaurados vários Inquéritos e iniciadas grandes investigações que possivelmente resultarão em operações policiais no ano de 2008 com repercussão na defesa dos cofres da Previdência Social

INDICADORES

ITEM	TIPIFICAÇÃO		Quantidade	Percentual
	Tipo	Crime		
01	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho		
02	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	84	40,57%
03	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa		
04	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária		
05	Art. 157 (C.P.B)	Roubo		
06	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional		
07	Art. 155 (C.P.B)	Furto		
08	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente		
09	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica		
10	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso		
11	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações		
12	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	06	2,91%
13	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Documento Público		
14	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	14	6,76%
15	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações		
16	Art.342 (C.P.B)	Falso Testemunho		
17	Art. 293 (C.P.B)	Falsificação de Papéis Públicos		
18	Outros	Diversos	103	49,75%
TOTAL				

2.4.1.1.3 DELEFAZ

OPERAÇÕES

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
GAME OVER	Recife/Olinda/Jaboatão dos Guararapes/Caruaru/Salgueiro/Serra Talhada	Reprimir a exploração ilegal de jogos de azar e utilização de máquinas caça-níquel com componentes eletrônicos objeto de contrabando.	100 Buscas e Apreensões – (1.936 máquinas de jogos eletrônicos; 195 máquinas para jogo do bicho; R\$ 738.824,75 numerário em espécie; 7 armas de fogo) 03 Prisões em Flagrante
SEGURANÇA NO AR II	Recife/Olinda/Paulista/Jaboatão dos Guararapes/Camaragibe/São Lourenço da Mata/Aliança/Condado/Itapissuma/Araçoiaba/Caruaru/	Reprimir a exploração clandestina de serviço de radiodifusão.	35 Buscas e Apreensões

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
	Lagoa do Carro/ Cabo/ Catende/ Sirinhaém/ Gravatá		
CARROS- SEL II	Recife	Reprimir a prática da pedofilia pela internet.	Busca e Apreensão Indiciamento
GESTÃO PLENA	Recife/Caruaru/Tori- tama/João Alfredo, Lagoa do Carro/ Lagoa de Itaenga/ São José do Egito/Tamandaré/Te- rezinha	Reprimir fraudes no sistema de ressarcimento de atendimentos ambulatoriais e internamentos hospitalares pelo SUS à rede pública municipal de saúde.	07 Prisões 17 Buscas e Apreensões
JÚLIO CESAR	Salgueiro/Serrita	Reprimir o desvio de recursos públicos federais	22 Buscas e Apreensões

INQUÉRITOS

ÍNDICES	QUANTIDADE
Quantidade de IPL's instaurados	830
Quantidade de IPL's relatados	344
Quantidade de IPL's em andamento	2.412

Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

Encerrado o ano de 2008, observa-se que as metas estabelecidas foram atingidas ora total, ora parcialmente, porém com significativo crescimento e fortalecimento da delegacia.

A realidade da DELEFAZ, hoje, é indiscutivelmente mais favorável àquela relatada ao final do ano de 2007, seja quanto ao efetivo, instalações, material ou atividade de polícia judiciária.

Concluído o processo de especialização, a DELEFAZ/PE passou a concentrar aproximadamente 70% dos inquéritos em tramitação na Superintendência Regional, o que foi acompanhado de um acréscimo do efetivo, melhoria das instalações físicas e racionalização da metodologia de trabalho.

Atualmente a delegacia conta com 08 salas para delegados, 08 salas para escrivães, amplo núcleo de operações, núcleo de análise e depósito.

Mobiliário e equipamento de refrigeração ainda são deficientes.

Foram criados cinco núcleos de sub-especialização, designando-se autoridades policiais para atuação em cada um deles.

Tal sub-especialização vem propiciando:

1. conhecimento abrangente e mapeamento da realidade da delinquência fazendária no estado, visando o estabelecimento de diretrizes voltadas ao fortalecimento da repressão aos crimes fazendários;
2. levantamento de dados estatísticos relativos a cada área de sub-especialização;
3. criação de bancos de dados nos núcleos de especialização que permitam o cruzamento de informações extraídas dos vários procedimentos, o que além de otimizar a atividade de instrução permite que se alcance resultados efetivamente relevantes;
4. estabelecimento de contatos com representantes de outras instituições e fortalecimento das relações já existentes;

Com a finalização das redistribuições de inquéritos entre os núcleos e correspondentes autoridades policiais, os delegados passam a se aperfeiçoar na matéria afeta ao seu núcleo de atuação e se dedicar, com conhecimento técnico e metodologia de trabalho, à condução dos procedimentos apuratórios.

Com isso, pretende-se aperfeiçoar a instrução dos inquéritos, alcançando-se a pretendida qualidade da prova, no ano de priorização da atividade de polícia judiciária no DPF, realizar operações policiais de vulto, bem como reduzir em pelo menos 10% o número de inquéritos em tramitação.

O reflexo do alcance das metas estabelecidas apresenta-se estatisticamente.

Encontram-se em andamento onze investigações passíveis de originar operações policiais de vulto. Da mesma forma, análise do número de expedientes encaminhados ao NO e informações elaboradas em atendimento aponta o volume do trabalho que vem sendo desenvolvido.

Em relação ao núcleo de operações, contudo, há que se reconhecer a necessidade de melhoria no que tange ao quantitativo dos recursos humanos disponíveis.

Com o aumento do número de APF's lotados no NO/DELEFAZ será possível partir para a especialização dos agentes, aproveitando a área de conhecimento de cada um deles, e conseqüente vinculação dos mesmos às investigações ao lado do delegado e escrivão, viabilizando-se a formação de equipes.

Não parece razoável que uma delegacia que concentra aproximadamente 70% dos inquéritos da SR, conte com apenas cerca de 6% dos agentes em exercício na unidade.

Neste sentido, há que se ressaltar que a observância das diretrizes traçadas pela Direção Geral do órgão depende da implementação de algumas medidas, principalmente relativas ao efetivo e redução do número de procedimentos.

Assim como o próprio estímulo dos delegados, escrivães e agentes aqui lotados, no sentido de dar continuidade ao ritmo de trabalho adotado, depende da identificação dos alcances dos resultados pretendidos e certeza quanto ao apoio da administração ao disponibilizar recursos materiais e humanos necessários.

As metas para o ano de 2009 foram relacionadas em documento próprio, que segue em anexo ao presente relatório de atividades.

INDICADORES

ITEM	TIPIFICAÇÃO		Quantidade	Percentual
	Tipo	Crime		
01	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	124	5,5%
02	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	457	20,5%
03	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	59	2,6%
04	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	153	6,8%
05	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	6	0,3%
06	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	6	0,3%
07	Art. 155 (C.P.B)	Furto	466	21%
08	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	-	-
09	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	101	4,5%
10	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	109	4,9%
11	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	175	7,8%
12	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	57	2,5%
13	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Documento Público	44	2%
14	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	-	

15	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	ITEM 11	ITEM 11
16	Art.342 (C.P.B)	Falso Testemunho	59	2,6%
17	Art. 298 (C.P.B)	Falsificação de Documento Particular	25	1,1%
18	Art.316 (C.P.B)	Concussão	5	0,2%
	Art.317 (C.P.B)	Corrupção Passiva	8	0,3%
	Art.333 (C.P.B)	Corrupção Ativa	4	0,2%
	DL 201/67	Crimes de Responsabilidade	63	2,8%
	LEI 8.666/93	Licitações	42	1,9%
	Outros	Diversos	266	11,9%
TOTAL			2.233 2.412**	100,00%

*Dados referentes ao ano de 2008 (01/10/08)

**Total de IPL's atualmente em tramitação na DELEFAZ (01/03/09)

2.4.1.1.4 DELESP

OPERAÇÕES

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
OPERAÇÃO VARREDURA	RECIFE, REGIÃO METROPOLITANA e INTERIOR ESTADO	REPRIMIR A ATIVIDADE DE SEGURANÇA PRIVADA EXERCIDA DE FORMA CLANDESTINA	LAVRATURA DE 27 (VINTE E SETE) AUTOS DE ENCERRAMENTO DE ATIVIDADE DE SEGURANÇA PRIVADA NÃO AUTORIZADA

INDICADORES

ÍNDICE	QUANTIDADE
Aplicação de multas por ano	R\$ 11.645,35
Certificados emitidos por ano	Total 253
Certificados de Vistoria (carro-forte)	176
Certificados de Segurança (especializada e Orgânica)	49 + 28 = 77
Portaria de Bancos	462
Carteiras de vigilantes expedidas por ano	16.489
Vistorias realizadas por ano	715

Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

A DELESP desempenhou suas atribuições de acordo com o esperado, intensificando a atividade de fiscalização dos planos de segurança dos bancos e a vistoria das empresas de segurança privada, além de reprimir a atuação das empresas de segurança privada clandestinas e de tentar conscientizar os tomadores de serviço sobre a importância de contratar empresas regulares, obtendo resultados significativos.

2.4.1.1.5 DELEMAPH

OPERAÇÕES			
OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Nautilus	12 (doze) estados da Federação	Reprimir a extração e comercialização de fragmentos de corais marinhos.	Cumprimento de mais de 60 Mandados de Busca e Apreensão; 14 mandados de prisão temporária e 53 mandados de condução coercitiva.
Arquipélago	Arquipélago de Fernando de Noronha	Reprimir a prática de danos ambientais causados permanentemente no arquipélago.	7 pessoas presas em flagrante e uma indiciada posteriormente.
Areal	Goiana	Reprimir a prática de retirada clandestina de areia, em assentamento do INCRA.	Apreensão de 14 caminhões, prisão em flagrante de 3 pessoas e instauração de 12 inquéritos.
Azulejo	Olinda	Reprimir o comércio ilícito de azulejos pertencentes a imóveis tombados.	Cumprimento de MBA.

2.4.1.1.6 DEPOM

OPERAÇÕES			
OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Operação Nautilus	Orla do Estado de Pernambuco	Suporte à DELEMAPH na realização da mencionada Operação	Desmanche de Quadrilha que retirava e comercializava Corais
Operação REFENO	Orla de Recife	Manter a Segurança e fiscalizar a zona portuária de Recife, durante os dias que antecederam a Regata REFENO e fiscalizar embarcações nacionais e estrangeiras	Satisfatório
Operações de Patrulhamento do litoral e zona marítima de Pernambuco	Zonas Portuárias de Recife e SUAPE, além da faixa de mar territorial	Coibir a prática delituosa nas áreas citadas e preservar a segurança das mesmas	Satisfatório

Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

A DEPOM desempenhou suas atribuições de acordo com o esperado, laborando na expectativa de incrementar seu número de embarcações, o que efetivamente ocorreu, com a chegada das embarcações trazidas da SR/DPF/BA.

Foram executados os patrulhamentos das zonas portuárias (marítimo e terrestre), dentro das possibilidades e recursos disponíveis.

Com relação à edificação de instalações definitivas para a DEPOM/PE, foi elaborado projeto para a mesma, o qual é objeto de proposta de Convênio a ser firmado com o Porto de Suape, e que foi encaminhado para análise pela AGU.

As embarcações se encontram provisoriamente no Iate Clube de Brasília Teimosa, sem, contudo, qualquer avanço quanto à remuneração de tais vagas, até dezembro de 2008.

2.4.1.2 DRCOR – Delegacia de Combate ao Crime Organizado

2.4.1.2.1 DRE

ATIVIDADES DE REPRESSÃO AO TRÁFICO

Inquéritos Instaurados	Pessoas Presas	Veículos apreendidos	Armas apreendidas	Maconha pronta	Cocaína
48 (36 Flagrantes, 12 por Portaria)	43	16	02	307,47 Kg.	109,53 kg.

ATIVIDADES DO NÚCLEO DE CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS

Empresas Fiscalizadas	Licenças Emitidas	Licenças Renovadas	Licenças de Importação	Multas	Total Arrecadado	Prod. Quim. Apreendidos
183	90	162	38	R\$ 4.600,00	R\$ 215.000,00	20.466 Kg. (Prod.diversos) + 21,4 lts. de Metilcetona

ATIVIDADE DE PREVENÇÃO

Atividade	Quantidade
Palestras em Colégios, Unidades Militares e Igrejas	Aproximadamente 15

2.4.1.2.2 DELEPAT

OPERAÇÕES

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Celas de Cera	Recife e região metropolitana	Prender responsáveis por seqüestro de familiares de Gerente da CEF	05 prisões e apreensão de parte do numerário usado no pagamento do resgate

INQUÉRITOS

ÍNDICES	QUANTIDADE
Quantidade de IPL's instaurados	38
Quantidade de IPL's relatados	Sem informação
Quantidade de IPL's em andamento	130

Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

Considerando que a chefia da delegacia em questão foi mudada três vezes durante o ano de 2008, passando por ela 04 chefes ao todo, ficou prejudicada a continuidade administrativa, gerando alguns problemas nos indicadores de produtividade.

2.4.1.2.2 DELEARM

INQUÉRITOS

ÍNDICES	QUANTIDADE
Quantidade de IPL's instaurados	07
Quantidade de IPL's relatados	23
Quantidade de IPL's em andamento	Sem informação

SINARM

ÍNDICES	QUANTIDADE
Registros emitidos	3.609
Armas novas	508
Porte deferido	22
Renovação de portes deferidos	4
Armas apreendidas	161
Armas furtadas	236
Armas transferidas	1.206
Campanha do desarmamento	5.579
Armas perdidas	123
Armas encaminhadas ao SFPC	403

2.4.1.3 SETEC – Setor Técnico Científico

Este relatório objetiva situar a administração da Superintendência com relação ao SETEC, informando as principais atividades desenvolvidas pelo setor, dados de produção, demanda de solicitações de perícias, pendências existentes e apresentando soluções implantadas ou em implantação.

Além disso, vem informar as necessidades imediatas do setor.

A Chefia vem trabalhando no sentido de promover ações de melhoria e para isso está implementando os 10 Projetos listados no Quadro 1, os quais serão objeto de acompanhamento nos próximos Relatórios de Gestão. Cada Projeto é liderado por um Perito que tem, entre outras, a função de coordenar as discussões, elaborar propostas e gerir a implementação.

PROJETOS

	Projeto	Objetivos
1	Gerenciamento da Produção	Reduzir o prazo das perícias; Evitar reiteraões e prazos muito longos na entrega dos laudos; Acompanhar pendências mais antigas Coordenar distribuição e redistribuição
2	Manual de Procedimentos	Descrever procedimentos administrativos e periciais Reduzir prazos e custos operacionais Melhorar qualidade das perícias Otimizar a execução de trabalhos
3	Relatório de Gestão	Compartilhar o resultado dos trabalhos realizados pelo Setec Equalizar conhecimentos Acompanhar planejamento Dar transparência às atividades
4	Gerenciamento do Ativo Operacional	Garantir a integridade e disponibilidade dos bens disponíveis no Setec Evitar descontinuidade dos serviços
5	Gerenciamento de Material de Consumo	Evitar falta e excessos de materiais Programar compras antes do início de cada semestre
6	Grupos de Perícias	Otimizar o atendimento das demandas Promover a gestão participativa Identificar necessidades de aperfeiçoamento

	Projeto	Objetivos
7	Controle de Contraprovas	Garantir condições para refazer procedimentos periciais Gerenciar os IPLs com contraprovas Avaliar possibilidade de incineração de materiais
8	Programa de Treinamento	Manter corpo técnico atualizado para realização de perícias Promover o desenvolvimento profissional
9	Intercâmbio com intervenientes	Equalizar conhecimentos Divulgar trabalho pericial Melhorar procedimentos Estabelecer contatos para solução de problema
10	Implementar NUTEC Salgueiro	Descentralizar atendimento Reduzir prazos de perícias de local; Melhorar interação com solicitantes de perícia

ESTRUTURA

O SETEC conta atualmente com 28 Peritos, incluindo a Chefia, distribuídos em seis áreas de perícias especializadas, conforme pode ser visto no Quadro 2, além de 01 Agente Administrativo. Adicionalmente às perícias especializadas, esses mesmos peritos realizam exames em Documentos, Mercadorias, Veículos e Armas, entre outros, denominadas de perícias do tipo “clínica geral”. A redução de peritos observada em 2008 deveu-se à nomeação dos PCF Eduardo e Rodrigo para as chefias do NTI e SELOG respectivamente, além do PCF Leonardo que foi cedido temporariamente também ao SELOG e, às transferências dos Peritos Comunello e Vânia para outros Estados.

A área de Identificação conta atualmente com 6 Papioscopistas que atendem as demandas específicas do setor, além de constantemente darem apoio a atividades operacionais da SR. Com a criação da delegacia de dia e aumento da demanda do setor, e considerando o pequeno número de PPF's foi solicitado no mês de dezembro ao Superintendente em exercício a remoção do PPF Alfredo George Pontual Branco, que está lotado na Delegacia de Caruaru, para integrar a equipe do NID. Com a remoção do PPF Alfredo, as atividades de identificação demandadas de todo o Estado serão atendidas de forma efetiva.

PERITOS

Especialidades	31/12/07	31/12/08
Perícias Contábeis e Econômicas	11	8
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos*	4	4
Perícias de Engenharia	3	3
Perícias de Informática	4	3
Perícias de Laboratório**	7	7
Perícias de Meio Ambiente	4	3
Total	33	28

* inclui Chefe do SETEC em 2008 ** inclui Chefe do SETEC em 2007

Em reunião com o Diretor do INC, já foi solicitada a alocação de Peritos em formação na ANP ou em remoção, para suprir a necessidade das seguintes áreas, no mínimo: **Audiovisual (1), Laboratório (1), Engenharia Civil (1) e Meio Ambiente (1).**

No início de 2008 foi informada para o então gestor desta SR a necessidade de lotação de servidores administrativos, uma vez que este SETEC conta apenas com um. O volume de movimentação de documentos que tramitam diariamente neste setor justifica a lotação de um maior número de servidores administrativos.

A estrutura física ainda não está adequada para acomodação satisfatória dos servidores e equipamentos do Setor. Espera-se que até julho/2009 a área do SETEC, que hoje é ocupada pela DELEPREV esteja pronta, permitindo que o SETEC ocupe as salas atualmente usadas por aquela Delegacia, melhorando assim a qualidade do ambiente de trabalho. Além disso, no projeto da nova Sede da SR está prevista a destinação do dobro da área atual para o SETEC, permitindo condições adequadas de trabalho.

O SETEC conta com aparelhagem de última geração em diversas áreas para realização de exames periciais recebidos do PROMOTEC durante os anos de 2006 e 2007. Além de computadores novos, disponibilizados recentemente por esta SR/PE para todos os Peritos, destacam-se os seguintes equipamentos utilizados nos laboratórios de química, documentoscopia, audiovisual e informática.

EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO DE PERÍCIA

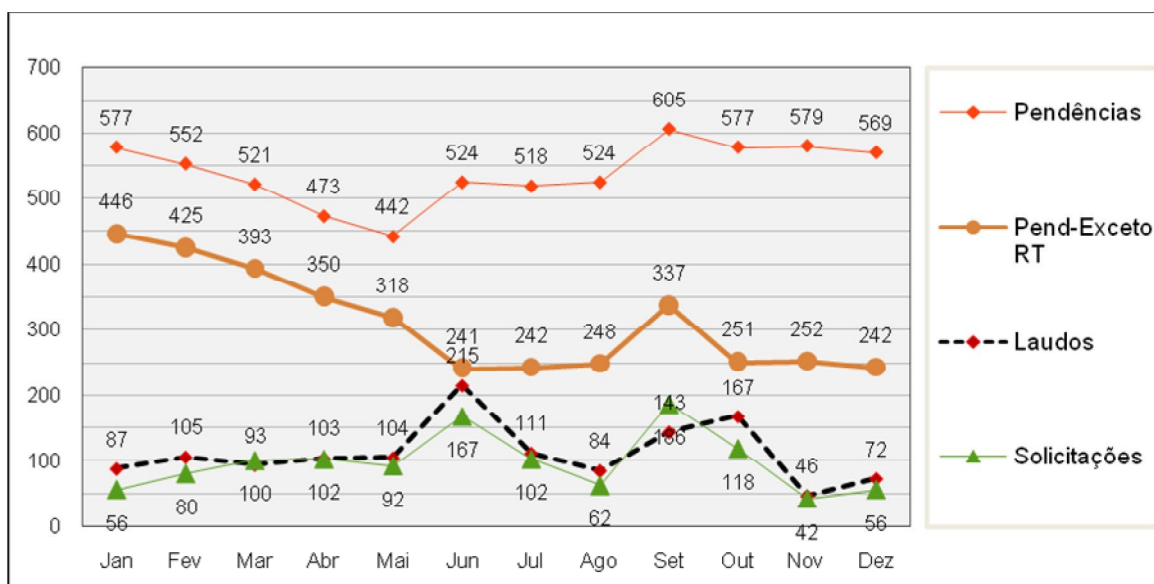
Equipamento	Finalidade
Cromatógrafo Gasoso	Determinação de compostos orgânicos em diferentes tipos de amostra, como drogas proscritas, agrotóxicos, fármacos, combustíveis, etc.
Espectrômetro no Infravermelho	Determinação de compostos orgânicos em diferentes tipos de amostra, como drogas proscritas, agrotóxicos, fármacos, combustíveis, etc.
Espectrômetro UV-Visível	Determinação de compostos orgânicos e inorgânicos em diferentes tipos de amostra, como drogas proscritas, agrotóxicos, fármacos, combustíveis, etc.
Refratômetro	Caracterização de substâncias pelo índice de refração, determinação do brix (ref. A teor de açúcar) de amostras.
Centrífuga	Preparação de amostras para análises químicas.
Estufa	Secagem (desidratação) de substâncias e vidrarias.
VSC 5000	Confronto grafoscópico e mecanográfico, Identificação de debucho, montagem, obliteração, rasura; Exame de tinta; Exame de documentos de segurança; Autenticidade de etiqueta de mercadorias
ESDRA	Identificação de imagens latentes
Mesa Estativa	Fotografias de provas periciais.
Medidor de Espessura	Usado para medir espessura dos diversos suportes.

PROCESSO PRODUTIVO

Em 2008 foram realizadas mais de 1.330 Laudos Periciais, ultrapassando-se a média obtida no último ano, que foi de cerca de 100 perícias mensais. Além disso, foram produzidas 306 Informações Técnicas e 39 Relatórios Técnicos no período.

Conforme pode ser visto no Gráfico 1, o volume de pendências vinha caindo gradualmente até o meio do semestre, seja com a conclusão de demandas antigas, seja com a devolução daquelas que não possuem os dados necessários para análise. No segundo semestre, devido à grande demanda de perícias de laboratório e relatórios técnicos, decorrentes das operações de erradicação de maconha, o volume de pendências se elevou novamente. Estão sendo analisadas alternativas e implementadas ações específicas para reduzir o estoque de pendências, tais como a alocação de novos Peritos nas áreas críticas, a criação dos grupos de perícias e o projeto de Gerenciamento da Produção.

Gráfico 1 – Demandas, Laudos e Pendências 2008



Fonte: Sistema Criminalística - SISCRIM

No Quadro 4, a seguir, pode ser observado o volume de perícias realizadas por área nos últimos dois anos, além das pendências acumuladas em 31/12/2008. Destacam-se dentre as pendências o volume de demandas de perícias de Local de Crime, Meio Ambiente, Audiovisual e Eletrônicos e Documentoscópicas, as quais são comentadas adiante.

PERÍCIAS REALIZADAS E PENDÊNCIAS*

Área de Perícia	2007	2008	Pendências*
Perícias Contábeis e Econômicas	39	31	17
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	82	91	39
Perícias de Balística Forense	106	186	18
Perícias de Engenharia	12	15	11
Perícias de Informática	232	162	22
Perícias de Laboratório	388	429	25
Perícias de Local de Crime	56	54	91
Perícias de Meio Ambiente	7	25	243
Perícias de Veículos	78	62	4
Perícias Documentoscópicas	163	246	58
Perícias Merceológicas	36	29	7
Outras			34
Total	1.199	1.330	569

Fonte: Sistema Criminalística

* Pendências em 31/12/2008

As perícias Documentoscópicas (incluem análise de moedas, documentos e lançamentos gráficos, principalmente) são realizadas por todos os peritos do SETEC. Porém, o volume constante de novas demandas não tem permitido a redução do estoque existente. Conforme pode ser visto no Quadro 4, no último ano foram realizadas cerca de 50% a mais de perícias documentoscópicas. Mesmo assim, ainda restam 58 pendências, equivalentes a três meses de trabalho.

Já as pendências de Local de Crime e Meio Ambiente tratam-se, basicamente, da demanda de Relatórios Técnicos sobre áreas indicadas para expropriação, em função do uso para plantio de maconha. A solução para essas pendências passa pela organização de uma nova forma de abordagem para estes casos, já em andamento, em conjunto com o INCRA e a Delegacia de Salgueiro, além da revisão do processo de elaboração desses Relatórios. Cabe registrar que os Relatórios Técnicos, embora demandem tempo e dedicação dos peritos, não são considerados Laudos e, portanto, não entram na estatística de perícias realizadas pelo Setor.

A área de Audiovisual e Eletrônicos conta com três peritos e possui 39 pendências. Estes tipos de exame em geral demandam grande tempo de análises por parte dos PCF's. Pela situação atual, casos de prioridade normal, podem levar até quatro meses para início dos exames. Como solução para melhoria da efetividade de atendimento destaca-se o pedido de alocação de novos PCF's da área para lotação neste SETEC, a ajuda em missão de outras unidades, além de uma melhor integração entre os PCF's e as autoridades policiais solicitantes, visando otimizar os pedidos de laudos e consequentemente demandando menor tempo de execução.

2.4.1.4 NIP – Núcleo de Inteligência Policial

OPERAÇÕES

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
LOUROS DA VITÓRIA	PERNAMBUCO	SOB SEGREDO DE JUSTIÇA	EM ANDAMENTO
DATA VENIA	PERNAMBUCO	SOB SEGREDO DE JUSTIÇA	EM ANDAMENTO
CIFRA	PERNAMBUCO	SOB SEGREDO DE JUSTIÇA	EM ANDAMENTO
ZELADOR (MAR DE LAMA)	PERNAMBUCO	SOB SEGREDO DE JUSTIÇA	EM ANDAMENTO
GUARARAPES	PERNAMBUCO	SOB SEGREDO DE JUSTIÇA	EM ANDAMENTO
DESVIO	PERNAMBUCO	SOB SEGREDO DE JUSTIÇA	EM ANDAMENTO
JULIO CESAR	PERNAMBUCO	SOB SEGREDO DE JUSTIÇA	CONCLUÍDA
GESTÃO PLENA	PERNAMBUCO	SOB SEGREDO DE JUSTIÇA	CONCLUÍDA
CUSTÓDIA	PERNAMBUCO	SOB SEGREDO DE JUSTIÇA	EM ANDAMENTO
EXODO 7	PERNAMBUCO	SOB SEGREDO DE JUSTIÇA	EM ANDAMENTO
CASULO	PERNAMBUCO	SOB SEGREDO DE JUSTIÇA	EM ANDAMENTO
CERBERUS	PERNAMBUCO	SOB SEGREDO DE JUSTIÇA	EM ANDAMENTO
PSICO	PERNAMBUCO	SOB SEGREDO DE JUSTIÇA	EM ANDAMENTO
SERTÃO	PERNAMBUCO	SOB SEGREDO DE JUSTIÇA	EM ANDAMENTO
OURO BRANCO	PERNAMBUCO	SOB SEGREDO DE JUSTIÇA	SUSPENSA
SINISTRA I	PERNAMBUCO	SOB SEGREDO DE JUSTIÇA	SUSPENSA
KAMIKAZE	PERNAMBUCO	SOB SEGREDO DE JUSTIÇA	SUSPENSA

CURSOS REALIZADOS

CURSO	NÚMERO APROXIMADO DE ALUNOS
I2	100
EQUIPAMENTOS DISCRETOS	100

INVESTIGAÇÃO SOCIAL

TIPO	QUANTIDADE
Estagiários	31
Limpeza e Serviços Gerais	17
Candidatos DPF	36

2.4.2 - Evolução de gastos gerais

Natureza da Despesa Detalhada		2003	2004	2005	2006	2007	2008
33901414	DIARIAS NO PAIS	1.521.832,53	1.649.466,50	2.176.912,68	2.418.947,60	2.992.827,71	2.455.391,60
33903001	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	282.688,78	55.405,65	84,96	10.196,30	80.391,10	466.188,94
33903002	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES DE AVIACAO	0	162	4.555,12	124.929,00	0	0
33903003	COMBUSTIVEIS E LUBRIF. P/ OUTRAS FINALIDADES	0	0	0	0	204,78	7,9
33903024	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS	26.188,06	72.227,69	0	19.976,28	13.488,49	22.558,98
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS	253.858,77	306.951,40	402.371,86	429.411,68	449.959,15	536.979,71
33903602	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	429,6	10.266,76	11.270,53	13.599,07	4.682,34	65.404,75
33903603	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO EXTERIOR	0	24.700,00	0	688	0	0
33903615	LOCACAO DE IMOVEIS	2.210,00	0	0	31.462,70	10.809,00	0,00
33903618	MANUTENCAO E CONSERV. DE EQUIPAMENTOS	1.004,00	639,15	2.650,20	1.696,81	4.745,79	1.529,47
33903622	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	15.510,00	11.318,10	5.202,00	7.200,00	20.887,89	9.612,74
33903625	SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO	163	431	1.081,08	1.837,48	3.993,38	1.318,00

33903702	LIMPEZA E CONSERVACAO	192.566,19	230.003,95	231.662,22	212.276,26	174.473,64	347.269,68
33903703	VIGILANCIA OSTENSIVA	223.733,87	399.375,05	454.962,69	397.289,70	438.894,18	452.961,36
33903704	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	11.579,07	141.406,20	82.755,45	83.341,17	90.917,64	85.023,75
33903910	LOCACAO DE IMOVEIS	1.480,00	1.480,00	0	0	42.000,00	80.941,08
33903912	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	0	400	0	0	100	13510
33903916	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	39.620,40	69.459,34	16.779,15	7.856,06	13.284,50	6.537,00
33903917	MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	43.366,50	17.137,02	67.628,95	8.295,51	30.005,50	42.014,50
33903943	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	202.859,42	295.790,80	329.654,88	354.395,67	446.150,56	385.659,01
33903944	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	40.187,84	108.513,12	108.598,15	95.482,04	108.393,79	90.441,14
33903947	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	84.228,41	55.018,92	43.213,86	22.844,69	29.322,16	22.406,34
33903957	SERVICOS DE PROC. DE DADOS	1.411,26	30.478,95	1.040,00	0	1.714,00	445,00
33903958	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	33.039,83	383.252,03	336.009,61	636.844,12	299.687,61	518.877,21
33903978	LIMPEZA E CONSERVACAO	169	700	0	585	0	200
33903983	SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	239,18	292,38	102,15	628,3	405,4	3612,75
33903995	MANUT.CONS.EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	6.159,65	3.397,75	0	1.716,80	2.683,00	1.690,00
TOTAL		2.984.525,36	3.868.273,76	4.276.535,54	4.881.500,24	5.260.021,61	5.610.580,91

Natureza da Despesa Detalhada		2003	2004	2005	2006	2007	2008
3449052	AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES	729.639,78	84.290,40	256.231,97	155.286,27	92.138,76	249.306,70
TOTAL		729.639,78	84.290,40	256.231,97	155.286,27	92.138,76	249.306,70

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

(NÃO SE APLICA)

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

(NÃO SE APLICA)

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

(NÃO SE APLICA)

6. Previdência Complementar Patrocinada

(NÃO SE APLICA)

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

(NÃO SE APLICA)

8. Renúncia Tributária

(NÃO SE APLICA)

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

(NÃO SE APLICA)

10. Operações de fundos

(NÃO SE APLICA)

11. Despesas com cartão de crédito

Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas				
Exercícios	Fatura		Saque	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2006	0	0	0	0
2007	0	0	0	0
2008	164	219.829,74	164	236.859,00

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

I	RECOMENDAÇÃO/ DETERMINAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS e RESULTADOS OBTIDOS
1	Recomendamos à SR/DPF/PE que para o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2008, elabore o item 4 - Gestão de Programas e ações do Relatório de Gestão do Processo de tomada de contas de acordo com o disposto na Portaria CGU nº 1950, de 28/12/07	O Relatório de Gestão referente ao exercício 2008, procurou atender ao contido na portaria dentro a orientação de padronização do órgão central. Recomendaremos ao órgão central que a padronização se atenha ao disposto na portaria.
2	Recomendamos à SR/DPF/PE que para o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2008, elabore metas que traduzam os objetivos/finalidades da Unidade em termos quantitativos.	Esta Superintendência seguiu o modelo adotado pelo órgão central. Comunicaremos ao mesmo a necessidade de adequação dos modelos.
3	Recomendamos à SR/DPF/PE que para o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2008, elabore indicadores vinculados aos objetivos e metas da instituição, para que seja possível a aferição do resultado da gestão em um determinado exercício.	Esta Superintendência seguiu o modelo adotado pelo órgão central. Comunicaremos ao mesmo a necessidade de adequação dos modelos.
4	Recomendamos que a SR/DPF/PE adote controles internos que garantam a vinculação dos contratos e convênios que venha a celebrar aos termos dos editais dos respectivos processos licitatórios, devendo, ainda, no que tange à vigência de avenças cujo objeto refira-se a serviços de natureza contínua, pautar-se pelo entendimento esposado pelo Tribunal de Contas da União - TCU.	<p><i>"A cláusula 20 - DA VIGÊNCIA do edital constante do processo licitatório nº 08400.010589/2007-38 estabelece que "o convênio terá vigência, a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, até 31 de dezembro de 2007, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos de 12 (doze) meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para Administração, limitada a 60 (sessenta) meses, em conformidade com o art. 57, inciso II da Lei 8.666/93".</i></p> <p><i>A disposição acima mencionada encontra guarida em orientação da Coordenadoria de Orçamento e Finanças - COF do Departamento de Polícia Federal no sentido de que a vigência dos contratos, mesmos os de natureza contínua, deverá coincidir com o ano civil. Entretanto, no ato de assinatura do termo contratual observou-se orientação do Tribunal de Contas da União asseverando que "a vigência dos contratos de natureza contínua não coincide com o ano civil. A duração desses contratos pode ultrapassar o exercício financeiro em que foi firmado".¹</i></p> <p><i>¹ BRASIL. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos: orientações básicas. p. 335."</i></p>
5	Recomendamos que a SR/DPF/PE adote controles internos que garantam a vinculação dos contratos e convênios que venha a celebrar aos termos dos editais dos respectivos processos licitatórios.	Esta Superintendência Regional elaborou no exercício 2008 novo procedimento para a atividade de estagio curricular.
6	Recomendamos que a SR/DPF/PE abstenha-se de incluir, nos editais e termos de referência de seus processos licitatórios, critérios que por serem imprecisos, contraditórios ou pouco claros, venham a causar dúvidas aos possíveis licitantes no	Esta Superintendência Regional capacitou seus servidores visando evitar tais ocorrências, bem como, revisou recentemente seus modelos de editais, acreditando estarem de acordo com a recomendação desse órgão.

	que se refere à possibilidade de participação nos respectivos certames, frustrando ou limitando o caráter competitivo do certame.	
7	Recomendamos que a SR/DPF/PE elabore adequadamente os projetos básicos de seus processos licitatórios, com nível de precisão e detalhamento que possibilite uma adequada caracterização do objeto a ser contratado, determinando aos setores requisitantes que enviem ao Setor Administrativo - NAD todas as informações necessárias para que se alcance tal objetivo.	Esta Superintendência adotou como padrão atribuir aos setores requisitantes a elaboração dos projetos básicos, procurando auxiliá-los com a indicação de especialistas e exemplos de outras instituições, sempre que possível. Além disso, acredita que a busca pela capacitação dos servidores tende a melhorar a qualidade das citadas peças.
8	Recomendamos que a SR/DPF/PE planeje adequadamente as suas aquisições, adotando técnicas ou critérios que embasem a elaboração da estimativa das unidades e quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, em atendimento ao comando insculpido no inciso II, do §7º, do art. 15, da Lei Nº 8.666/93.	Esta SR/DPF/PE estará ao longo de exercício 2008, aprimorando seus controles e projeções no sentido de melhoras, sempre que possível, a estimativa das unidades e quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis.
9	Recomendamos à SR/DPF adequar o seu planejamento de forma a possibilitar o envio de processos à Advocacia Geral da União em um prazo que permita que os respectivos pareceres jurídicos sejam emitidos antes da assinatura de termos contratuais, observando o prazo do art. 42 da Lei nº 9.784/99.	A SR/DPF/PE desde 01/02/2008 passou a adotar o procedimento de enviar os processos para apreciação da AGU antes da assinatura dos contratos ou conclusão do processo, inclusive para os casos de dispensas e indenização.
10	Recomendamos à SR/DPF adequar o seu planejamento de forma a possibilitar o envio de processos para a Advocacia Geral da União em um prazo que permita que o parecer da AGU seja emitido antes da assinatura de termos contratuais, observando o prazo do art. 42 da Lei nº 9.784/99.	A SR/DPF/PE desde 01/02/2008 passou a adotar o procedimento de enviar os processos para apreciação da AGU antes da assinatura dos contratos ou conclusão do processo, inclusive para os casos de dispensas e indenização.
11	a) adote controles internos com vistas a evitar o pagamento de diárias após o deslocamento dos respectivos servidores propostos, em especial no que se refere às Delegacias de Caruaru/PE e Salgueiro/PE; e b) realize gestões junto ao Departamento de Polícia Federal, em Brasília/DF, de modo a garantir a alocação dos créditos orçamentários e/ou repasse dos recursos financeiros necessários ao pagamento antecipado de diárias.	Foi implantado o novo Sistema de Controle de Passagens e Diárias - SCPD, dando mais celeridade ao pagamento e solicitações de diárias e passagens.
12	Recomendamos que a SR/DPF/PE adote rotinas administrativas que assegurem a inclusão das devidas justificativas nos processos referentes a concessões de diárias cujos afastamentos se iniciaram a partir da sexta-feira, ou que incluam sábados, domingos e feriados.	Foi implantado o novo Sistema de Controle de Passagens e Diárias - SCPD, que torna obrigatório tal procedimento.
13	Recomendamos ao gestor providenciar o devido recolhimento do INSS e ISS, nos valores de R\$ 240,00 e R\$ 60,00, respectivamente, em cumprimento à legislação tributária vigente.	Esta SR/DPF/PE tomou as providências quanto à regularização do Suprimento de Fundos nº 047/2007.
14	Recomendamos que a SR/DPF/PE abstenha-se de realizar despesas de pequeno vulto e pronto	Foi editada nova Portaria regulamento o uso de tais verbas. Foram dadas as orientações necessárias aos

	pagamento, por intermédio de suprimento de fundos, sem observância dos limites máximos estabelecidos pelo inciso II, do art. 3º, da IN N° 007-DG/DPF, de 27/04/05.	beneficiários.
15	Recomendamos à SR/DPF/PE que implemente controles internos com vistas à adequação das prestações de contas dos processos de suprimentos de fundos da Unidade aos requisitos exigidos pelo art. 18 da IN N° 007-DG/DPF, de 27/04/05.	Foi editada nova Portaria regulamentando o uso de tais verbas. Foram dadas as orientações necessárias aos beneficiários e criados os controle adequados.
16	a) adote controles internos com vistas a evitar o atraso no adimplemento de suas obrigações contratuais; e b) realize gestões junto ao Departamento de Polícia Federal, em Brasília/DF, de modo a garantir a alocação dos créditos orçamentários e/ou repasse dos recursos financeiros necessários ao tempestivo pagamento de suas obrigações contratuais.	Informamos que esta SR/DPF/PE está realizando gestões junto à Coordenação de Orçamento e Finanças no sentido de garantir uma maior celeridade em relação ao pagamento das obrigações contratuais, bem como junto aos fornecedores para que providenciem a emissão das faturas em tempo hábil.
17	Recomendamos à SR/DPF/PE que adote rotinas administrativas com vistas a assegurar que, por ocasião do pagamento de cada uma de suas obrigações contratuais, seja realizada consulta da regularidade dos respectivos fornecedores junto ao SICAF em momento anterior às contratações e aos sucessivos pagamentos, bem como que seja anexado os correspondentes comprovantes aos autos dos processos.	Informamos que esta SR/DPF/PE já está adotando o procedimento indicado.

13. Determinações e recomendações do TCU (NÃO SE APLICA)

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício (NÃO SE APLICA A UJ)

15. Dispensas de Instauração de TCE cujo envio ao TCU foi dispensado (NÃO SE APLICA A UJ)

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

UNIDADE	CARGOS						TOTALS
	DPF	PCF	EPF	APF	PPF	ADM	
NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA - NIP	01		01	06		01	09
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI		01		01		06	08
SETOR DE RECURSOS HUMANOS - SRH				01		07	08
SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO - SETEC		29			05	01	35
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG		01		02		20	23
DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA - DREX	18		24	102	01	09	154
DELEGACIA REGIONAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - DRCOR	04		06	33	01	03	47
CORREGEDORIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL - COR	04		03	04		01	12
GABINETE DO SUPERINTENDENTE	02		01	01		06	10
DELEGACIA DE CARUARU	06		05	25	01	01	38
DELEGACIA DE SALGUEIRO	07		06	24			37
TOTALS	42	31	46	199	08	55	381

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

Referente a Procedimentos Administrativos Disciplinares e a Sindicâncias realizados no ano de 2008 no âmbito desta SR/DPF/PE

SINDICÂNCIAS

1.

Número do processo:	001/2008							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 11/01/2008			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	X	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	ESCLARECER AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE ESTA SR/DPF/PE CONTRATOU DE FORMA IRREGULAR A							

	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORREIOS COM A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS DURANTE OS MESES DE ABRIL A JULHO DE 2007			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:		<input checked="" type="checkbox"/> Concluído
Julgamento:	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição <input type="checkbox"/>	Apenação <input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

2.

Número do processo:	002/2008			
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância		<input type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria <input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço <input type="checkbox"/>	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº:		Data: 12/03/2008	
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude <input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Dano ao erário <input checked="" type="checkbox"/> Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	ESCLARECER OS FATOS E IDENTIFICAR OS POLICIAIS FEDERAIS QUE TERIAM PARTICIPADO DO EPISÓDIO ENVOLVENDO A SRª MARIA DA PENHA MAGALHÃES ALVES CABRAL			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:		<input checked="" type="checkbox"/> Concluído
Julgamento:	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição <input type="checkbox"/>	Apenação <input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

3.

Número do processo:	003/2008			
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância		<input type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria <input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço <input type="checkbox"/>	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº:		Data: 24/03/2008	
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude <input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção <input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> Dano ao erário <input type="checkbox"/> Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	IDENTIFICAR O SERVIDOR RESPONSÁVEL, À ÉPOCA DOS FATOS, PELO CONTROLE DA VIATURA OFICIAL			

	PARATI, COR BRANCA, ANO 1999, PL ACA KLQ 5356, BEM COMO ESCLARECER AS RAZÕES QUE O LEVARAM A NEGLIGENCIAR A LONGA PERMANÊNCIA DO VEÍCULO EM OFICINA MECÂNICA SEM QUE NENHUMA PROVIDÊNCIA FOSSE ADOTADA, ALÉM DE LEVANTAR AS POSSÍVEIS FALHAS NOS MEIOS DE CONTROLE DE ENTRADA, SAÍDA E DESTINO DESSA VIATURA					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:			<input checked="" type="checkbox"/>	Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input checked="" type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

4.

Número do processo:	004/2008							
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 25/03/2008			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	APURAR DETALHADAMENTE OS FATOS E CIRCUNSTÂNCIAS DO SUPOSTO MAU ATENDIMENTO NO SETOR DE EMISSÃO DE PASSAPORTES DO AEROPORTO INTERNACIONAL DOS GUARARAPES, NO DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2007							
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:			<input checked="" type="checkbox"/>	Concluído		
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input checked="" type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU				
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

5.

Número do processo:	005/2008					
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)

				Serviço				
Numero e data do Ato:	N°:			Data: 31/03/2008				
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	X	Outros
Fato sob apuração (descrição suscinta):	IDENTIFICAR O POSSÍVEL RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO IRREGULAR DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA PRESTADOS PELA EMPRESA TELEMAR NORTE LESTE A ESTA SR/DPF/PE, BEM COMO APURAR A EVENTUAL JUSTIFICATIVA EM RAZÃO DA QUAL TAIS SERVIÇOS FORAM PRESTADOS SEM A DEVIDA COBERTURA CONTRATUAL							
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:					X	Concluído
Julgamento:	X	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

6.

Número do processo:	006/2008							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	N°:			Data: 12/05/2008				
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	X	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição suscinta):	APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS DO ACIDENTE QUE CAUSOU DANO À VIATURA SPRINTER-FALCÃO Nº 30, NO DIA 03-04-2008							
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:					X	Concluído
Julgamento:	X	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

7.

Número do processo:	007/2008							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 15/05/2008			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	X	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS QUE LEVARAM A DEMORA NA INSTRUÇÃO DO IPL 202/02-SR/DPF/PE, PROCESSO 2002.83.00.009717-0, 4ª VARA FEDERAL EM PERNAMBUCO, ACARRETANDO A EXTINÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA PELA PRESCRIÇÃO							
Situação do processo:	X	Em andamento - fase:					<input type="checkbox"/>	Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

8.

Número do processo:	008/2008							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 15/05/2008			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	X	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	ESCLARECER O TEOR DO DEPOIMENTO PRESTADO POR SERVIDOR POLICIAL COMO TESTEMUNHA EM AÇÃO PENAL, PROCESSO Nº2005.83.00.008056-0, CONTRADIZENDO EM PARTE O RELATÓRIO POR SI APRESENTADO NOS AUTOS DO IPL Nº233/2005-SR/DPF/PE							
Situação do processo:	X	Em andamento - fase:					<input type="checkbox"/>	Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

9.

Número do processo:	009/2008							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 29/05/2008			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	X	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS DO ACIDENTE QUE CAUSOU DANO À VIATURA KADETT, PLACAS KGY-4264, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2008							
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:					X	Concluído
Julgamento:	X	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

10.

Número do processo:	010/2008							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 09/07/2008			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	X	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS DO DESAPARECIMENTO DE DOIS APARELHOS CELULARES APREENDIDOS NOS AUTOS DO IPL 135/2003-SR/DPF/PE							
Situação do processo:	X	Em andamento - fase:					<input type="checkbox"/>	Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

11.

Número do processo:	011/2008							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 21/07/2008			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	X	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	APURAR AS POSSÍVEIS FALHAS NA ALIMENTAÇÃO DO SISTEMA SENTINELA E NA DIVULGAÇÃO DE ALTERAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS PARA ENTRADA DE ESTRANGEIROS DE ORIGEM MEXICANA NO BRASIL, DECORRENTE DE ACORDO ENTRE OS GOVERNOS DESSES PAÍSES, EM VIGOR A PARTIR DE 07-02-2004							
Situação do processo:	X	Em andamento - fase:					<input type="checkbox"/>	Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

12.

Número do processo:	012/2008							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 15/10/2008			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	X	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	APURAR POSSÍVEL TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR ATRIBUÍDA A SERVIDOR POLICIAL, POR TER SUPOSTAMENTE INVADIDO ESCRITÓRIO PARTICULAR EM CAMARAGIBE/PE, NO DIA 30/08/2008, ALÉM DE TER CONDUZIDO EM VIATURA DA POLÍCIA MILITAR/PE À DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DO PRADO, NESTA CAPITAL, CAUSANDO-LHE POSSÍVEL CONSTRANGIMENTO							
Situação do processo:	X	Em andamento - fase:					<input type="checkbox"/>	Concluído

Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

13.

Número do processo:	013/2008							
Tipo de processo:	X	Sindicância	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar				
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:			Data: 15/10/2008				
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	X	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	APURAR AS QUESTÕES APONTADAS NO PARECER Nº 21/2008-NUDIS E NA MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR, EM EXERCÍCIO, FORMALIZADA POR MEIO DO DESPACHO Nº 510/2008-COR/SR/DPF/PE SINDICÂNCIA PROVENIENTE DO PAD Nº 002/2008-SR/DPF/PE							
Situação do processo:	X	Em andamento - fase:				<input type="checkbox"/>	Concluído	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU				
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

14.

Número do processo:	014/2008							
Tipo de processo:	X	Sindicância	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar				
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:			Data: 23/10/2008				
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	X	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS DO ACIDENTE QUE CAUSOU DANO A VIATURA MARCA/MODELO FIAT/SIENA, COR AZUL, PLACA KFQ 7135, NO DIA 02-10-2008							

Situação do processo:	X	Em andamento - fase:	<input type="checkbox"/>	Concluído		
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

15.

Número do processo:	015/2008							
Tipo de processo:	X	Sindicância	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar				
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:			Data: 31/10/2008				
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	X	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	APURAR SUPOSTA PRÁTICA DE TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR ATRIBUÍDA A SERVIDOR POLICIAL, DECORRENTE DE INCIDENTES OCORRIDOS NA DATA DE 05-10-2008, EM POSTO DE VOTAÇÃO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2008, NA CIDADE DE OLINDA/PE							
Situação do processo:	X	Em andamento - fase:	<input type="checkbox"/>	Concluído				
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU				
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

16.

Número do processo:	016/2008							
Tipo de processo:	X	Sindicância	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar				
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:			Data: 04/11/2008				
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	X	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS QUE TERIAM OCORRIDO NO							

	PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE TRÁFEGO INTERNACIONAL, NO AEROPORTO DOS GUARARAPES EM RECIFE/PE, RESULTANDO NA SAÍDA INDEVIDA DO PAÍS DE MENOR DE IDADE, LEVADOR POR SUA GENITORA, NO MÊS DE JUNHO DESTE ANO, MEDIANTE POSSÍVEL APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO FALSA							
Situação do processo:	X	Em andamento - fase:					<input type="checkbox"/>	Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

17.

Número do processo:	017/2008							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 27/11/2008			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	X	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	APURAR OS FATOS E AS CIRCUNSTÂNCIAS DA EXPEDIÇÃO DE ORDENS DE MISSÃO POLICIAL PELA DREX/SR/DPF/PE, BEM COMO OUTROS ELEMENTOS CONCRETOS QUE EVENTUALMENTE INDIQUEM TER HAVIDO DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO SUPERIOR POR PARTE DE AUTORIDADE POLICIAL INCUMBIDA DE CHEFIAR UMA DAS EQUIPES POLICIAIS DA OPERAÇÃO VOTO LIVRE, DEFLAGRADA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2008 NO ÂMBITO DA CIRCUNSCRIÇÃO DESTA SR/DPF/PE							
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:					X	Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	X	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

18.

Número do processo:	018/2008								
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar			
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)			
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 16/12/2008				
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input checked="" type="checkbox"/>	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	APURAR OS FATOS E CIRCUNSTÂNCIAS DO ACIDENTE ENVOLVENDO A VIATURA MARCA/MODELO NISSAN/FONTIER, DE COR BRANCA, PLACA KLA 2163, OCORRIDO EM 14-12-2006, BEM COMO DA AUSÊNCIA DO SEU TURBO COMPRESSOR E DA DESMONTAGEM DO SEU INTERCOOLER, CONSTATADAS NO LAUDO PERICIAL 126/2008-SETEC/SR/DPF/PE								
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Em andamento - fase:					<input type="checkbox"/>	Concluído	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)			
Pena aplicada:									
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU			
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):							

**18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins
(NÃO SE APLICA)**